

## **PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.**

### **PROJETO DE LEI Nº 11, DE 23 DE ABRIL DE 2024**

**OBJETO:** DISCIPLINA DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DO "MAIO LARANJA" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS

**AUTORIA:** VER(A) WHATIFFA

**RELATORA CLJR:** VER. GERALDO LUCAS DE LIMA E SILVA

### **I - PARECER**

O presente Projeto de Lei dispõe sobre o “Maio Laranja” que se concentra em ações para combater à exploração sexual de crianças e adolescentes.

### **II – COMPETÊNCIA, TRAMITAÇÃO E QUORUM**

O projeto analisado é de competência municipal em face do que dispõe o art. 30, I c/c 227 e outros da Constituição Federal, c/c art. 222 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e art. 190 e outros da Lei Orgânica Municipal.

A doutrina considera como o Princípio da Prioridade Absoluta, a proteção às nossas crianças e jovens. A Constituição Cidadã, dispõe;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Fundamental para a República, qualquer forma de exploração e maus tratos devem ser coibidos e reprimidos. A proposta visa dar mais publicidade a tão caros valores, advertindo, prevenindo e chamando a atenção de toda a comunidade.

Sobre a iniciativa, mencionamos jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ARTIGO 2º DA LEI Nº 4.594, DE 1º DE JULHO DE 2022, DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL/SP, QUE "INSTITUI O MÊS 'MAIO LARANJA' SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO, ORIENTAÇÃO E COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE" – INICIATIVA ORIUNDA DO PODER LEGISLATIVO LOCAL – VIABILIDADE QUANTO AO TEMA – INCLUSÃO DE DATA COMEMORATIVA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO À LUZ DE INTERESSE LOCAL – TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO GERAL NO ÂMBITO DO C. STF – TEMA NO 917 – ARE 878.911/RJ**

– DISPOSITIVO QUE NÃO IMPÕE DIRETAMENTE FORMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA EM QUESTÃO, TAMPOUCO DELIBERA SOBRE ATRIBUIÇÕES OU ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS DO EXECUTIVO – VÍCIO DE INICIATIVA E ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES NÃO CARACTERIZADOS – PEDIDO IMPROCEDENTE. (TJ-SP - ADI: 21807136720228260000 SP 2180713-67.2022.8.26.0000, Relator: Francisco Casconi, Data de Julgamento: 15/02/2023, Órgão Especial, Data de Publicação: 17/02/2023)

Destarte, salvo melhor juízo, OPINO que o projeto preenche os requisitos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

A tramitação e votação deverá ocorrer em turno único conforme art. 119 do Regimento Interno.

O quórum exigido é de maioria simples.

### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, OPINO pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 11 de 23 de abril de 2023 “DISCIPLINA DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DO "MAIO LARANJA" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS.” estando o mesmo em condições de ser apreciado e votado pela sua forma original.

Carmópolis de Minas, 16 de maio de 2024.

***Ver. Geraldo Lucas de Lima e Silva***  
***Relator***

***Ver. José Laércio da Silveira***  
***Presidente***

***Ver(a). Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira***  
***2ª Secretária***